



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682404 - SP (2021/0232674-9)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : ARAI DE MENDONCA BRAZAO
ADVOGADO : ARAI DE MENDONÇA BRAZÃO - SP197602
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : IGOR MIGUEL PEREIRA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de IGOR MIGUEL PEREIRA DA SILVA, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1500036-48.2021.8.26.0578).

O paciente foi condenado às penas de 2 anos e 6 meses de reclusão, no regime inicial semiaberto, e de 250 dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta a ilegalidade da condenação, por força de suposta nulidade na revista pessoal realizada pelos policiais contra o paciente, que resultou na apreensão da droga, bem como por invasão domiciliar, sem mandado judicial de busca e apreensão.

Afirma, ainda, a inidoneidade dos motivos apresentados pelo Tribunal de origem para manter o regime prisional intermediário para o início do cumprimento da pena, bem como o indeferimento da substituição da pena corporal por restritivas de direitos, ao argumento de que fundados na gravidade abstrata do crime imputado.

Requer, liminarmente, a soltura do paciente. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que se reconheça as nulidades arguidas, seja abrandado o regime prisional inicial e substituída a pena corporal por restritivas de direitos.

É o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

A verificação das nulidades arguidas pelo impetrante depende, em princípio, do reexame de matéria fático-probatória, o que é incompatível com a estreita via cognitiva do *habeas corpus*.

Ademais, a fixação do regime inicial semiaberto e o afastamento da substituição penal foram justificados pelo Tribunal de origem, mediante a indicação das circunstâncias que elevaram o juízo de reprovabilidade da conduta delitiva.

A propósito, no voto condutor do julgado constou o seguinte (e-STJ fls. 135-137):

A maior reprovabilidade da conduta, diante da circunstância judicial desfavorável - quantidade de drogas, justifica a adoção do regime inicial semiaberto, porquanto bem demonstrada a excepcionalidade do caso concreto (art. 33, § 3º, c. c. o art. 59, ambos do CP).

[...]

Assim, em face das peculiaridades do caso em análise, incabível a substituição da reprimenda corporal por restritiva de direitos, por não serem elas, como demonstrado e já adequadamente fundamentado na sentença recorrida, suficientes.

Assim, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência